

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Em junho, os temas de análise são as derrotas do governo Bolsonaro no Congresso e as medidas que o Executivo tem adotado na tentativa de viabilizar seu protagonismo.

Derrotas e iniciativas do governo Bolsonaro

Congresso

Contrariando as expectativas do governo, a Câmara dos Deputados aprovou, em 5 de junho, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Orçamento Impositivo. Foi aprovado o substitutivo apresentado pelo relator, deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO). De acordo com essa medida, o governo fica obrigado a executar as emendas parlamentares estaduais, além das emendas individuais dos parlamentares.

Com isso, perde a exclusividade da iniciativa para editar projeto de lei que defina os critérios e regras de repartição de recursos da cessão onerosa do pré-sal e altera a distribuição de recursos vigentes, reservando 30% do que for arrecadado com leilões de petróleo e da cessão onerosa do pré-sal a Estados e municípios.

As orientações do governo recomendavam austeridade, desvinculação e desobrigação das despesas orçamentárias, deixando-o livre para decidir onde gastar os recursos públicos. A derrota do governo

nessa votação foi acachapante, com 364 votos favoráveis, contra apenas dois. Todos os partidos orientaram a aprovação da PEC, inclusive o PSL, na tentativa de minimizar a derrota.

Devido às alterações sofridas, a PEC volta ao Senado para ser chancelada, mas as duas casas têm consenso quanto à obrigatoriedade da execução de emendas parlamentares das bancadas, em um montante de até 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) do ano anterior.

Outra medida que tramita pelo Congresso sem sucesso da equipe do governo é o texto substitutivo da reforma da Previdência, apresentado pelo deputado Samuel Pereira (PSDB-SP) na Comissão Especial da Câmara. O texto desagradou profundamente a ala econômica do governo e foi duramente criticado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, devido à retirada de temas como alterações no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e na aposentadoria rural, já esperados, mas principalmente pela exclusão da proposta do regime de

capitalização, a extensão das novas regras para estados e municípios e a criação de uma nova regra de transição para os servidores públicos. O relatório também determina que o gatilho de aumento de idade mínima tem de ser feito a partir de consulta ao Congresso e não automaticamente a cada quatro anos quando divulgada a expectativa de vida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o ministro, os deputados cederam ao “lobby dos servidores” e recuaram na regra de transição, abrindo mão de trinta bilhões de reais para servidores do Legislativo, e, para não “ficar feio”, estenderam para o regime geral. As mudanças na proposta reduziram a economia gerada com a reforma, de 1,237 trilhão de reais ao longo de dez anos, para 863,4 bilhões de reais.

Para compensar essa perda de arrecadação, o relator incluiu duas novas medidas: a elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) cobrada sobre bancos e a transferência para a Previdência Social de recursos do PIS/Pasep que iam para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Isso traria uma receita extra para a seguridade social de 267 bilhões de reais, aproximando-se da economia de 1,13 trilhão de reais esperada com a reforma.

A retirada do sistema de capitalização, bem como a tributação dos lucros dos bancos, irritou Guedes, que alegou que colocar impostos sobre banco é política tributária. Ambas as medidas afetam diretamente um dos principais segmentos que elegeram seu grupo político e o mantêm, como fiador, no cargo.

Na prática, o texto mantém os pontos mais perversos da reforma e segundo técnicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), “a proposta continua ignorando as distorções causadas por um mercado de trabalho fortemente precarizado, ainda mais depois da reforma Trabalhista”. Para Wagner Freitas, presidente da Central Única dos Trabalhadores, manter a restrição do acesso à aposentadoria e a redução do valor dos benefícios não vai ajudar a aquecer a economia, muito menos gerar emprego e renda, como o governo diz. “A reforma continua a ser paga pelos trabalhadores”.

De acordo com as primeiras reuniões na Comissão Especial, ainda há discordâncias sobre o texto da

reforma, e as discussões devem se estender para além das previsões do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que gostaria de votá-lo na comissão até o dia 26 de junho. Porém, as festas juninas devem impedir os parlamentares da região Nordeste de comparecerem às últimas sessões, atrasando a votação final da reforma.

O Plenário do Senado também impôs uma forte derrota ao governo e rejeitou, por 47 votos a 28, o decreto do presidente Jair Bolsonaro que pretendia liberar a posse e facilitar o porte de armas no Brasil. A rejeição à proposta armamentista foi independente das bancadas e muitos senadores governistas manifestaram sua discordância com a proposta de Bolsonaro.

Segundo Jaques Wagner (PT-BA), “a bala só vai cair na mão de bandidos e milicianos para matar pobres e gente do bem”, e “o governo deveria estar se preocupando com a recuperação econômica do país e a criação de emprego”.

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) foi ainda mais enfático e disse que a derrubada do decreto representa um freio na lógica de “construir milícias que podem ser utilizadas para qualquer motivo político e de qualquer natureza, para os irmãos se matarem numa guerra fratricida, que é isso que está sendo patrocinado pelo governo da República do Brasil”.

A votação ocorreu após uma semana tensa, quando os senadores que se opunham à liberação proposta por Bolsonaro foram alvo de campanha nas redes sociais e chegaram a receber ameaças de morte de bolsonaristas, na tentativa de virar o jogo. O senador Humberto Costa (PT-PE), líder do partido no Senado, solicitou que o presidente da República fosse alertado sobre as consequências da permanente incitação de sua rede de apoiadores contra instituições como o Legislativo. “O assunto é muito sério”, frisou. Humberto repudiou a campanha de intimidação. “O que se está fazendo com o Congresso Nacional é sitiá-lo”, disse.

Por fim, o projeto da Lei Geral das Agências Reguladoras, que aguarda a sanção de Bolsonaro, endurece as regras para preenchimento dos cargos e prevê a escolha a partir de uma lista tríplice, pré-selecionada por uma comissão, e proíbe a indicação de políticos e parentes de políticos. Pela proposta, caberá ao Executivo estabelecer a composição e a

forma de atuar do colegiado que selecionará os nomes da lista.

O projeto, defendido pelo atual secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Marcelo Guarany, em agosto do ano passado, quando ocupava o cargo de subchefe de Análise de Políticas Governamentais, prevê maior equilíbrio entre a autonomia das agências e o fortalecimento da governança e do controle social.

Bolsonaro criticou o que chamou "superpoderes" do Legislativo e qualificou as agências regulatórias como um "poder paralelo que trava os ministérios, obrigando o governo a negociar", afirmou. Insatisfeito, Jair Bolsonaro voltou a atacar o Congresso e acusou parlamentares de tentarem reduzir seu poder, transformando-o em uma espécie de "rainha da Inglaterra". O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, diz que a crítica do presidente não corresponde ao teor do projeto aprovado. A indicação continua sendo do presidente da República.

As declarações ocorrem no momento em que o Congresso busca ganhar protagonismo, adotando uma agenda própria e já discute uma série de medidas para tentar acelerar a retomada da economia, como uma reforma tributária própria.

Executivo – demissões nos ministérios

No mês de junho, o governo demitiu três integrantes da "ala militar". As demissões foram resultado de conflitos explícitos destes com outras alas do governo, como a ala ideológica, os ruralistas e o próprio presidente. A mais impactante foi a demissão do então ministro da Secretaria de Governo, o general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz. Também foram exonerados o general Franklimberg Ribeiro de Freitas, então presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), e o general da reserva Juarez Aparecido de Paula Cunha, que ocupava a presidência dos Correios.

A demissão do general Santos Cruz ocorreu após semanas seguidas de embates entre o então ministro com a ala ideológica, em especial com o filho do presidente, Carlos Bolsonaro, e com o autointitulado filósofo Olavo de Carvalho. A Secretaria de Governo concentrava, entre as suas funções, o

comando da Secom (Secretaria de Comunicação Social), alvo da ala ideológica, por concentrar contratos de publicidade, o que permitiria destinar verbas para blogs e veículos de comunicação aliados, além da própria Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). Em entrevista recente, já como ex-ministro, o general da reserva afirmou que o governo Bolsonaro é "um show de besteiras". Santos Cruz foi substituído pelo general e então comandante militar do Sudeste, Luiz Eduardo Ramos.

Já o general Franklimberg Ribeiro foi demitido da Funai por pressão de ruralistas, em especial do secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Luiz Antonio Nabhan Garcia. O então presidente da Funai teria dito aos servidores, em seu discurso de despedida, que Nabhan Garcia tem ódio dos indígenas. Franklimberg já havia presidido o órgão durante o governo de Michel Temer, e também foi demitido por pressão do agronegócio.

Nos Correios, a baixa de Juarez da Cunha foi liderada pessoalmente pelo presidente Jair Bolsonaro, que anunciou publicamente a demissão, afirmando que o então presidente da empresa teria agido "como um sindicalista" ao criticar a privatização da estatal. Para seu lugar, foi nomeado o general da reserva Floriano Peixoto, que ocupava a Secretaria-Geral da Presidência. Para substituir Floriano no ministério, Bolsonaro nomeou o major da reserva da PM do Distrito Federal, Jorge Oliveira.

A troca de cadeiras entre militares em cargos importantes do governo não deve ser entendida como perda de forças do grupo no setor. Se, por um lado, a queda de Santos Cruz causou algum constrangimento à ala militar, por outro lado a entrada do general Luiz Eduardo Ramos, tão relevante quanto, que ainda conta com a relação pessoal do presidente, pode significar um peso ainda maior dos militares no governo. A ala ideológica exerce o poder de veto: demite militares, barra a nomeação de ministros, disputa poder com o vice, pressiona o Congresso e insufla as ruas.

Tal poder também incidiu sobre outra demissão no governo, a de Joaquim Levy, do BNDES. Fruto de conflito na ala neoliberal/privatista do governo o então presidente do BNDES foi atacado publicamente pelo presidente Bolsonaro, que disse que sua

cabeça estava a prêmio devido à nomeação de pessoas que haviam trabalhado nos governos petistas. Havia pressão da ala ideológica para que Joaquim Levy abrisse uma suposta “caixa preta” do BNDES. Após o ministro da Economia Paulo Guedes concordar publicamente com Bolsonaro, Levy se demitiu.

Opinião Pública

Em meio às denúncias da atuação do ex-juiz Sergio Moro na Lava Jato (tratada nas seções dedicadas ao Judiciário e à comunicação desta edição), a popularidade do atual ministro da Justiça já começa a sofrer queda. Na última pesquisa Atlas Brasil, realizada entre 10 e 12 de junho, um dia após a primeira denúncia, a imagem positiva de Moro chega a 50,45%, dez pontos percentuais a menos que na rodada do mês anterior onde obtinha 60%.

A pesquisa também revelou que 73,4% dos entrevistados tomaram conhecimento das denúncias

da Vaza Jato, ainda que a maioria dos veículos da grande mídia, em especial a Rede Globo, tenha relutado em divulgá-la. Entre os que souberam, mais da metade (58%) consideram que as práticas adotadas pela dupla Moro e Dallagnol sejam incorretas para um juiz e transgridam os princípios constitucionais e do Código Penal Brasileiro.

O potencial das revelações do The Intercept Brasil desmitifica o ministro da Justiça, Sergio Moro, que perde seus superpoderes como ministro. Há fortes pressões da esquerda, OAB e agências internacionais para que Moro se afaste do cargo. Mais do que nunca Moro precisa do aval do presidente e de parte do Congresso para sua permanência e continuidade de sua agenda.

No dia em que Sergio Moro compareceu à CCJ no Senado (19 de junho), as hashtags #RatoMoroTaMelindrado e #RenunciaMoro mobilizaram o debate nas redes sociais em oposição a #DetonaTudoMoro, reforçada por parlamentares da base do governo.